

## **Experiências da AEPPA na formação do educador social: o lugar da Educação Popular Freiriana**

*Fernanda dos Santos PAULO<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Este artigo aborda a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e suas lutas pela formação profissional na perspectiva da Educação Popular. Foca-se na luta do educador social pela regulamentação da profissão e formação específica. A metodologia adotada é bibliográfica documental, complementada pela experiência da autora, com base em Jara (2006) e Cendales e Torres (2006). Conclui-se que o primeiro curso superior que atendeu à demanda dos educadores sociais foi na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, seguido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), ambos com currículos baseados na Educação Popular freiriana.

**Palavras-chave:** Educadores Sociais. Educadores Populares. Pedagogia da Educação Popular.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), campus Porto Alegre. Membro do Movimento de Educação Popular da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul (FEJARS). Uma das fundadoras do Fórum de Educadores Sociais de Porto Alegre - RS. Área de pesquisa: Educação Popular em diferentes dimensões e contextos. Membro do GT 6 (Educação Popular) da ANPED.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>. E-mail: [fernandapaulofreire@gmail.com](mailto:fernandapaulofreire@gmail.com)

# **AEPPA experiences in the training of social educators: the place of Freirean Popular Education**

*Fernanda dos Santos PAULO*

## **Abstract**

This article addresses the Association of Popular Educators of Porto Alegre (AEPPA) and their struggles for professional training from the perspective of Popular Education. It focuses on the social educator's fight for the regulation of the profession and specific training. The adopted methodology is bibliographic and documentary, complemented by the author's experience, based on Jara (2006) and Cendales and Torres (2006). It concludes that the first higher education course that met the demand of social educators was at the State University of Rio Grande do Sul, followed by the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUC/RS), both with curricula based on Freirean Popular Education.

**Keywords:** Social Educators. Popular Educators. Pedagogy of Popular Education.

## **Experiências AEPPA en la formación de educadores sociales: el lugar de la Educación Popular freiriana**

*Fernanda dos Santos PAULO*

### **Resumen**

Este artículo aborda la Asociación de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) y sus luchas por la formación profesional en la perspectiva de la Educación Popular. Se centra en la lucha del educador social por la regulación de la profesión y la formación específica. La metodología adoptada es bibliográfica documental, complementada por la experiencia de la autora, basada en Jara (2006) y Cendales y Torres (2006). Se concluye que el primer curso superior que atendió la demanda de los educadores sociales fue en la Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), seguido por la Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), ambos con currículos basados en la Educación Popular freiriana.

**Palabras clave:** Educadores Sociales. Educadores Populares. Pedagogía de la Educación Popular.

## Introdução

O texto tem dois objetivos: o primeiro é apresentar a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e o lugar do tema do educador social na luta por formação na perspectiva da Educação Popular. O segundo objetivo é discutir a regulamentação da profissão de educadores e educadoras sociais, com base no Projeto de Lei 2941/2019 de âmbito nacional, e a posição da AEPPA.

Com relação à formação, a AEPPA defende que este é um movimento necessário, que deve emergir dos educadores sociais, **profissionais da Educação Não Escolar Institucionalizada**, e da sociedade, para que sejam compreendidos a complexidade e a importância dessa profissão. Desde a década de 1990, a AEPPA observou que essa ocupação, incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO: 5153-05) apenas a partir de 2009, deveria exigir formação profissional específica, considerando a complexidade de suas atividades e sua articulação com as políticas sociais. Nos últimos anos, a necessidade de formação específica para ser educador social tem aparecido nos conteúdos de concursos públicos ou processos simplificados, assim como no desenvolvimento das atividades laborais, mas não consta na Classificação Brasileira de Ocupações. Uma boa formação deveria ser condição para acessar a profissão de educador social, a qual trabalha com **políticas sociais intersetoriais** e com a formação cidadã de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. **Mas o que seria uma boa formação?**

## O campo da Educação Social e a educação Popular como perspectiva teórica-metodológica

A Educação Social brasileira, campo de atuação, é relativamente recente, em comparação com a história da Educação Popular ou outras modalidades de educação, tendo suas políticas sociais se consolidado a partir da década de 1990, decorrentes da Constituição Federal de 1988. A Educação Social é reconhecida como uma realidade no país especialmente associada a atuação de educadores sociais.

Antes da Constituição Federal de 1988, é importante destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, pioneiro na discussão do trabalho educativo com pessoas em situação de rua. Fundado em 1982, o movimento tornou-se uma organização da sociedade civil em 1985 que ainda existe, presente em várias capitais brasileiras. Embora o movimento não forneça atendimento direto às crianças em situação de rua, seu objetivo é mobilizar diversos setores da sociedade que lidam com essa população, incluindo técnicos, educadores de rua, diretores de instituições e outros.

Nos últimos anos, há um movimento de busca pela formalização do campo da Educação Social, sobretudo associada a regulamentação da profissão de educador social. O campo da Educação Social no Brasil tem suas raízes na atenção e educação de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidades sociais, especialmente aqueles que viviam em situação de ruas e demais pessoas usuárias dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 1993).

Os primeiros educadores sociais, enquanto ocupação formal (CBO: 5153-05) data o ano de 2009. Alguns grupos remontam a anos anteriores, especialmente ao trabalho ligado às pastorais da criança, enquanto outros argumentam que este trabalho não era profissional, mas de uma ação comunitária e humanitária. Desde a formalização da ocupação profissional existe um lugar específico de trabalho do educador social: serviços assistenciais da política da assistência social (Serviços Socioassistenciais).

Em 2009, os Educadores e Educadoras Sociais alcançaram o seu reconhecimento socioprofissional, pois ao serem incluídos na CBO pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Esse marco iniciou um processo de contratação específica para educadores sociais, em vez de outras nomenclaturas anteriormente usadas no contexto da assistência social, em especial. A descrição na CBO é “5153-05 – Educador Social”, e sua função envolve garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social, abordando-as, sensibilizando-as, identificando necessidades e desenvolvendo atividades e tratamento.

Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2016) orienta que a composição mínima da equipe nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) inclua educadores e educadoras sociais, juntamente com outros profissionais. No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) há o Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), que também contrata educadores sociais, por exemplo.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) também destaca a importância de regulamentar a ocupação de educador social e estabelecer parâmetros básicos de formação. O documento destaca a importância da formação e da mobilização das Instituições de Ensino Superior (IES) para garantir a qualidade e êxito das políticas da assistência social. Já existem concursos públicos para cargos de educadores e educadoras sociais que passaram a incluir essa ocupação.

## **A importância da formação superior para educadores sociais e a Educação Popular**

Nesta seção, discutiremos a importância de uma formação superior para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular. Na AEPPA, desde a década de 1990, luta-se pela formação dos educadores sociais, que muitas vezes eram denominados como educadores de rua, educadores do SASE (Serviço de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto), educadores do extraclasse, educadores oficinairos, monitores, entre outras nomenclaturas.

A AEPPA, no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) iniciou um movimento em prol da formação desses trabalhadores. NA AEPPA, estes educadores foram chamados de educadores populares porque atuavam em instituições comunitárias e possuíam vínculo com movimentos populares, além de serem influenciados por Paulo Freire, referência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. As instituições em que os educadores atuavam, como as então chamadas creches comunitárias, o Programa de Apoio Socioeducativo<sup>2</sup>, o Projeto Ação Rua e o Movimento de alfabetização, possuíam convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Até 2009, não existia a ocupação de educador social oficializada, logo, em Porto Alegre, costumeiramente os trabalhadores das instituições conveniadas, reconhecidas como comunitárias, eram chamados de educadores populares, talvez pela relação entre periferia e comunidades.

Então, foi a partir de 2009 que se iniciou um processo de reconhecimento dos educadores que atuavam no contexto das políticas sociais, especialmente na assistência social, permitindo que suas carteiras de trabalho fossem assinadas como educadores sociais. No mesmo ano, o Deputado Federal Chico Lopes apresentou o Projeto de Lei 534/2009 na Câmara dos Deputados para reconhecer a profissão. Posteriormente, um grupo de educadores sociais procurou o Senador Temário Motta para propor um novo projeto de lei para regulamentar a profissão, resultando no Projeto de Lei 328/2015, que foi depois substituído pelo Projeto de Lei 2941/2019. (PAULO, TREVISAN, 2022). Em 2009, este debate chegou à AEPPA e, desde então, começamos, paulatinamente, a organizar um plano de cursos específicos para educadores sociais, conforme registros históricos de Paulo e Sperotto (2018).

---

<sup>2</sup> Foi uma nomenclatura do SUAS que ainda é assim chamado, informalmente, em Porto Alegre -RS. Com a nova normativa, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que organiza os serviços por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) congregando os Serviços de Proteção Social Básica.

Paulo (2019) contextualiza os projetos de lei que visam regulamentar a atividade ocupacional dos educadores sociais no Brasil e destaca a defesa da AEPPA neste contexto, conforme quadro I:

**Quadro 1 - Regulamentação da profissão de educador social e o posicionamento da AEPPA**

<b>DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL</b>	Defesa da atuação do espaço não escolar em diálogo com outras áreas do conhecimento.	Área: multidisciplinar. Campo: Não Escolar Institucionalizado Trabalho: intersetorial e interdisciplinar.
<b>DA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO</b>	Exigência de formação específica, em nível superior tecnólogo, com tempo para adequação a nova lei de 10 anos. A AEPPA sugere a Educação Popular como base teórica dos cursos.	
<b>DA FORMAÇÃO</b>	Pedagogia Social na perspectiva da Educação popular; entende-se a pedagogia como ciência da educação e não restrita à docência.	Curso coordenado por duas áreas: Educação e Serviço Social, em diálogo com outras políticas sociais.

Fonte: Paulo (2019) e Paulo e Trevisan (2022).

Os primeiros movimentos da AEPPA por formação de educadores, na década de 1990, surgiram com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A proposta da AEPPA incluía cursos de nível médio e pedagogia na perspectiva da Educação Popular, com currículos que dialogassem com o contexto de trabalho dos educadores, tanto escolar quanto não escolar (PAULO, 2013). Nesse momento histórico, a AEPPA emergiu como um novo sujeito político em Porto Alegre, lutando por valorização, reconhecimento e formação de educadores populares.

O resgate das lutas pela formação, valorização e reconhecimento profissional dos educadores sociais pode ser conferido em Paulo (2010, 2013, 2019, 2021), Ferreira (2010), Paulo, Conte e Bierhals (2023), Fuhrmann e Paulo (2014), Paulo e Sperotto (2018), Silva e Paulo (2021) e Paulo e Trevisan (2022). Esses trabalhos contêm informações importantes, como pode ser observado no quadro a seguir:

**Quadro 2.** AEPPA em pesquisas bibliográficas: Educação Popular, Educação Não Escolar e educadores Sociais

<b>Aspecto</b>	<b>Descrição</b>
<b>Contexto de Atuação do Educador Social</b>	Defesa da atuação do espaço não escolar em diálogo com outras áreas do conhecimento. Área: multidisciplinar. Campo: Não Escolar Institucionalizado. Trabalho: intersetorial e interdisciplinar.
<b>Proposta de Regulamentação</b>	Exigência de formação específica, em nível superior tecnológico, com tempo para adequação à nova lei de 10 anos. A AEPPA sugere a Educação Popular como base teórica dos cursos.
<b>Formação</b>	Pedagogia Social na perspectiva da Educação Popular, entendendo-se a pedagogia como ciência da educação e não restrita à docência. Curso coordenado por duas áreas: Educação e Serviço Social, em diálogo com outras políticas sociais.
<b>Importância da AEPPA</b>	Movimento social organizado por educadores que atuam em creches comunitárias, programas SASE, MOVA e projetos de formação com viés na Educação Popular, conforme a LDBEN de 1996 (FERREIRA, 2010).
<b>Consciência Crítica</b>	União e organização contribuindo para projetos de formação, abrangendo educadores em creches, SASEs, MOVAs e trabalhos sociais voluntários relacionados com a Educação Popular (PAULO, 2013).
<b>Pedagogia Social no Brasil</b>	Desafio de representar uma perspectiva crítica e contra-hegemônica sem importar modelos pré-concebidos (PAULO; CONTE; BIERHALS, 2013).
<b>História e Integração</b>	Integração entre assistência social e pedagogia, resultando em SASE e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com a participação de classes populares e movimentos de classe como a AEPPA (FUHRMANN e PAULO, 2014).
<b>Curso de Formação de Educadores Sociais</b>	Primeiro curso com perspectiva freiriana e de educação popular iniciado em 2009 pela AEPPA e executado pelo Instituto Social Brava Gente a partir de 2010 (PAULO; SPEROTTO, 2018).
<b>Educação Popular e Sociedade</b>	Educação Popular na AEPPA ligada a projetos de sociedade não capitalista e debatida em contextos de educação não escolar e formação de educadores sociais (PAULO, 2019).
<b>Grupo de Estudos e Pesquisa</b>	Atividades acompanhadas nos locais da AEPPA e curso de educadores sociais, com foco em formação e demandas formativas relacionadas à temática da educação e movimentos sociais (PAULO; SILVA, 2021).
<b>Cursos de Extensão</b>	Cursos organizados pela AEPPA em parceria com instituições públicas e organizações populares (PAULO, 2021).
<b>Demanda por Formação Universitária</b>	Luta da AEPPA por formação universitária de educadores sociais, com diálogo com a UFRGS para criação de curso de Pedagogia Social com ênfase em Educação Popular (PAULO, 2013; PAULO, TREVISAN, 2022).
Fonte: Pesquisa bibliográfica. FERREIRA, 2010; PAULO, 2013; PAULO; CONTE; BIERHALS, 2013; FUHRMANN e PAULO, 2014; PAULO; SPEROTTO, 2018; PAULO, 2019; PAULO; SILVA, 2021; PAULO, 2021; PAULO, TREVISAN, 2022.	

A luta pela formação, valorização e reconhecimento dos educadores sociais no contexto da Educação Popular e Educação Não Escolar Institucionalizada, ou Educação Social, tem sido marcada por resistência e organização coletiva. Estudos (Quadro II) destacam que a AEPPA promove projetos de formação baseados na pedagogia freiriana e na Educação Popular, contribuindo para uma consciência crítica entre os educadores e fortalecendo sua atuação em espaços educativos formais, não escolares, associados às políticas sociais. As demandas da AEPPA visam qualificação profissional atrelada a uma concepção de **Educação Popular Intersetorial**. A partir de 2010, a oferta de cursos de extensão e a colaboração com instituições públicas e organizações populares se



intensificaram, consolidando a formação acadêmica como essencial para o reconhecimento desses profissionais (Paulo e Sperotto, 2018). A persistência dos movimentos sociais na institucionalização dessa formação, como o diálogo com a UFRGS para a criação de um curso de Pedagogia Social com ênfase em Educação Popular, demonstra seu esforço contínuo para legitimar e profissionalizar os educadores sociais, integrando suas práticas à luta por uma sociedade mais justa e equitativa (Paulo, 2013; Paulo, Trevisan, 2022).

Nos registros que possuímos, os primeiros movimentos foram de formação em nível médio normal, como coloca Ferreira (2010, p.37):

Após a primeira conquista, entre os anos de 2001 a 2005 trezentos e vinte educadores, atuantes em **programas sociais e assistenciais**, em creches, em **Serviço de Atendimento Sócio - Educativos - SASES**, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA, **oficineiros de Capoeira, de Música, Artes**, concluíram suas formações em nível técnico/Curso Normal. (grifos nossos).

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a AEPPA conquistou o curso de Pedagogia com um currículo fundamentado na Educação Popular. Luís Pedro Fraga, em entrevista para Paulo (2013) explana que:

**A AEPPA tem um grande papel na formação de educadores populares em serviço.** Dos 150 educadores, 117 colaram grau os que não concluíram foi por motivo de doença ou outros problemas. **Este curso era para educadores populares das instituições comunitárias**, tínhamos aulas pela manhã e pela tarde por 4 anos e meio. É bom lembrar que a UERGS foi criada no governo Olívio. (Grifos nossos).

Para fins de registro e tomando como horizonte a Sistematização de Experiências de Oscar Jara (2006) e de Cendales e Torres (2006), compartilhamos além de nossos registros pessoais, documentos e publicações resultantes de pesquisas sobre nossas vivências, ações e apostas na Educação Popular. Para Jara (2006), a Sistematização de Experiências possibilita a construção de um novo conhecimento a partir da reconstrução da experiência que queremos recuperar, tornando o processo um espaço formativo (CENDALES; TORRES, 2006). Assim, compartilhamos alguns dos registros da AEPPA sobre a formação de profissionais que trabalham em contextos escolares e não escolares. Nas figuras abaixo, publicadas em jornais, verificamos a luta da AEPPA por formação em níveis médio e superior, promovendo a Educação Popular como práxis.

**Figura 1 - Formação na agenda de luta da AEPPA, Jornal Correio do Povo.**

**ENSINO** SEGUNDA-FEIRA, 2 de janeiro de 2006 — 3

# Educador popular busca formação

## Estudos no Ensino Médio/Magistério e na universidade qualificam profissionais de Porto Alegre

**Maria José Vasconcelos**

Com o Ensino formal e a rede de assistência em descompasso com o crescimento urbano e social, instituições comunitárias têm buscado alternativas para a superação de obstáculos diários. Em Porto Alegre, nos últimos anos, comunidades organizadas abriram espaço à atuação dos educadores populares, que hoje já superam o mero atendimento a uma necessidade comunitária específica, partindo para a conquista por capacitação profissional. Ensino Médio com formação em Magistério e estudos em nível Superior público e privado são vitórias que fecham o ano contabilizando sucesso e projetando avanços (tabela).

A presidente da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa), Tamar Gomes de Oliveira, lembra que a entidade, que completou 10 anos congregando cerca de 300 sócios, teve sua criação ligada às discussões nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), que, entre outras questões, deliberou sobre a importância da formação docente. Com ação voltada a garantir condição de trabalho e capacitação, especialmente a educadores de creches, a Aeppa tem obtido êxito também no apoio a trabalhadores de Educação de Jovens e Adultos (Mova e Seja), de reforço escolar, atendimento socioeducativo, oficinas ligados à rede de assistência e Educação comunitária. Convênios com a prefeitura da Capital permitiram o funcionamento e a ampliação de diversas entidades em comunidades.

Em 2001, após fases de organização, debates e tratativas, parceria com o poder público viabilizou o ingresso da 1ª turma de educadores populares no curso de Ensino Médio/Magistério da Escola Municipal Emílio Meyer. No ano seguinte, a oferta de vagas para a formação de professores foi estendida na Escola Municipal Liberato Salzano. Em 2004, Tamar integrou a primeira turma de educadores que se formaram no Magistério. Entre estudantes e formados nessa área, nas duas escolas, totalizam cerca de 600 educadores. No Ensino Superior, as vagas iniciais foram conquistadas em 2002, na Uergs. As perspectivas acadêmicas, pelos convênios já firmados e em negociação, giram em torno de 300 vagas.

No final de dezembro último, a Uergs renovou o convênio, assegurando os estudos em andamento, mas Tamar revela que não foram abertas mais turmas na Universidade Estadual. Com o IPA, as bolsas em filantropia deste ano devem ser ampliadas em 2006, com oportunidade de estudos em diversos cursos, não só de licenciatura. Na PUC, está em fase de negociação e ajuste a criação do curso de Pedagogia/Educação Infantil e em Anos Iniciais com referencial em Educação Popular. E o acerto mais recente foi estabelecido com o Instituto Superior de Educação do Sévigné (Ises), aberto em 2005, mas já oferecendo uma de suas 80 vagas para educador popular.

Ano	Instituição de Ensino	Vagas
2001	Escola Munic. Emílio Meyer	90 (anual)
2002	Escola Munic. Liberato Salzano	45 (anual)
2002	Uergs	150 (p/ 4 anos)
2005/2006	IPA	18 (2ª sem. 2005) 23 (1ª sem. 2006)
2006	Ises (Sévigné)	1 (1ª sem. 2006)
2006	*PUCRS	120 (anual)

\* Convênio em estudo para possível oferta de vagas em 2006

Fonte: Acervo da autora.

**Figura 2 - Curso conquistado pela AEPPA.**

# Universidade gaúcha terá curso de pedagogia com ênfase em educação popular

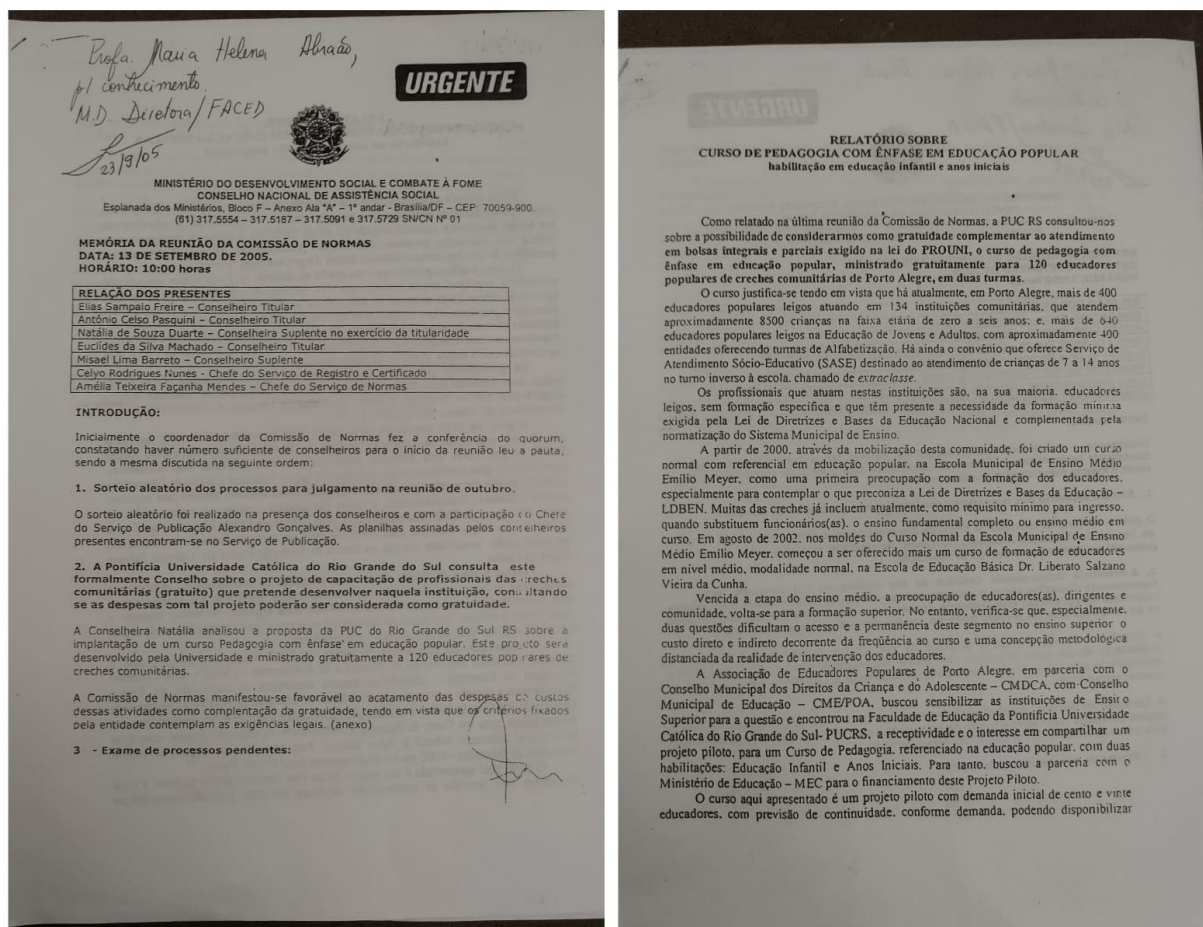
Brasília - O convênio para criação de um curso superior de pedagogia com ênfase em educação popular na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (Puc/RS) será assinado nesta segunda-feira (23) em Porto Alegre (RS). Com currículo diferenciado, o curso atenderá às necessidades dos movimentos sociais e oferecerá 120 bolsas para educadores populares.

A assinatura do convênio entre o Ministério da Educação, a Puc/RS e a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre será às 9 horas, na sede da Puc no Bairro Paternon. Participará da solenidade o secretário executivo do MEC, Jairo Jorge da Silva.

Fonte: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/universidade-gaucha-tera-curso-de-pedagogia-com-ênfase-em-educacao-popular>

Nos jornais, a AEPPA destaca-se na formação de educadores populares, firmando convênios com universidades (Figura I), como na experiência com o Ministério da Educação e a PUC-RS (Figura II), para a criação do curso superior de Pedagogia com ênfase em Educação Popular.

**Figura 3 - Documento AEPPA e PUCRS, curso Pedagogia com ênfase em Educação Popular.**



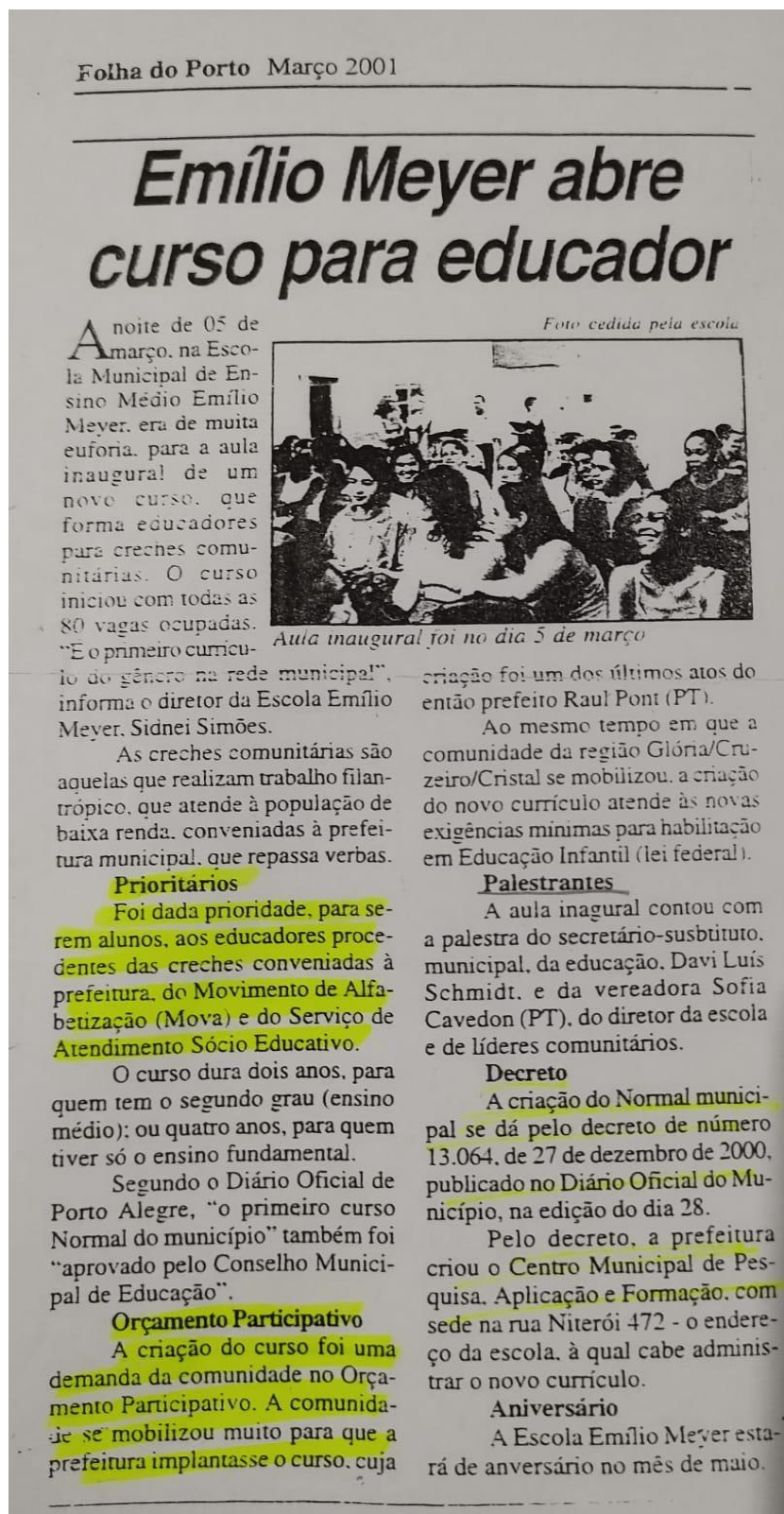
Fonte: Acervo da autora.

A imagem trata da parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa). Juntas iniciaram o curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular, focado na habilitação em educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Este curso é oferecido gratuitamente a 120 educadores populares, visando atender às necessidades de aproximadamente 400 educadores que já atuam em 134 instituições comunitárias em Porto Alegre. A iniciativa buscou suprir a formação específica exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e foi um desdobramento do apoio de entidades como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA). O curso contemplou educadores populares que trabalhavam com crianças e adolescentes em diversas comunidades e instituições, como escolas comunitárias de Educação Infantil, programas socioassistenciais e programas de alfabetização de jovens e adultos.



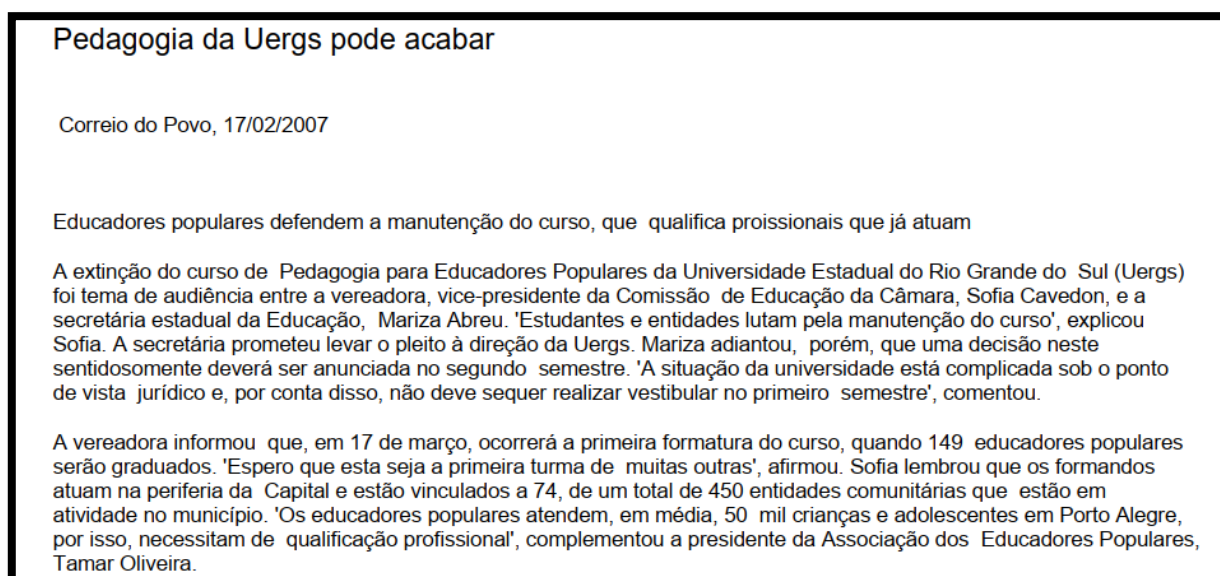
Experiências da AEPPA na formação do educador social:  
o lugar da Educação Popular Freiriana

**Figura 4.** Luta pela formação inicial, jornal da prefeitura de POA.



Fonte: Acervo das autoras.

**Figura 5.** Luta pela continuidade da UERGS jornal Correio do Povo.



Fonte: Acervo das autoras.

As imagens acima comprovam a presença do educador social nas lutas da AEPPA por formação. E, retornando ao tema da regulamentação da profissão do educador social, o projeto do Senador Temário Motta propõe um **curso superior na área da educação** como critério mínimo de escolaridade exigido para exercer a função. A AEPPA concorda que é necessário um **curso específico**, mas que seja **intersetorial**, defendendo que ele deve ser oferecido pelas instituições públicas de educação superior. Ou seja, a AEPPA acredita que a profissão de **educador social** exige um processo de formação abrangente, que inclua políticas sociais, sociologia e filosofia política, antropologia, psicologia social, metodologias de Educação Popular, reconhecimento do campo da Educação Não Escolar Institucionalizada, e construção de uma identidade profissional, entre outros temas.

No Brasil as profissões são legitimadas pelo próprio grupo que as compõe, e isso é evidente no contexto dos educadores sociais, que têm se mobilizado fortemente, sobretudo desde 2016<sup>3</sup>, com a constituição de fóruns, coletivos e grupos no WhatsApp para debater a regulamentação da profissão. Nos últimos anos, além de oferecer curso para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular, a AEPPA tem realizado encontros temáticos sobre o tema.

<sup>3</sup> Em 2016 foi criado o Fórum Estadual dos Educadores Sociais do Paraná.

## Educação Popular e educadores Sociais

Há 14 anos, a AEPPA, juntamente com o Instituto Social Brava Gente, outras instituições públicas e movimentos populares, oferece cursos livres ou de extensão para **educadores sociais, na perspectiva da Educação Popular**. Em todos esses cursos, Paulo Freire é um autor estudado. Essa breve introdução nos convida a refletir sobre compreensão da Educação Popular. Para Torres (2008), Streck (2010, 2014) e Mejía (2013), a Educação Popular representa a construção de um pensamento pedagógico latino-americano libertador. Na AEPPA, também utilizamos a Educação Popular fundamentada nas ideias de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Isto é, a Educação Popular “como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 75); igualmente, a relação entre a Educação Popular e a competência científica dos educadores (FREIRE, 1993) é fundamental. Portanto, a Educação Popular, como praticada pela AEPPA, busca não apenas uma formação pedagógica, mas também uma formação política por meio da pedagogia crítica.

Nos cursos de formação organizados pela AEPPA, os conteúdos abordados incluem a regulamentação da profissão de educadores sociais, a pedagogia de Paulo Freire, a história da Educação Popular, políticas sociais, movimentos populares, o Sistema de Garantia de Direitos, a Educação Não Escolar Institucionalizada e o papel político-pedagógico do educador social. Particularmente em relação a Paulo Freire, utilizamos vários de seus livros, especialmente “Educadores de Rua: uma abordagem crítica” (FREIRE, 1989). Nesse livro, Freire propõe uma pedagogia ancorada nos princípios da Educação Popular: acolhimento, participação, inclusão, diálogo de saberes, formação crítica, contextualização, conhecimento transformador e a busca pela superação das desigualdades sociais. Outros apontamentos nesta obra reforçam que Paulo Freire tem contribuições importantes para o processo de elaboração de propostas de cursos de formação superior para educadores sociais. Curiosamente, Paulo Freire não menciona as expressões “educador social” e “educação social”; ele utiliza a palavra educação, sem adjetivos, neste livro.

Por fim, na AEPPA, não utilizamos a expressão “educação social” como concepção de educação, pois nossa opção é a Educação popular freiriana. Em relação ao campo de atuação do educador social, acreditamos que o espaço é não escolar institucionalizado e podemos, no caso de educadores sociais, denominá-lo de educação social. Esse espaço envolve formalidades e está relacionado a uma política pública, com horários estabelecidos, documentos orientadores e atividades

educativas definidas em cadernos orientadores, como, por exemplo, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Muitos educadores Sociais (profissionais da Educação Não Escolar, vinculado especialmente na política da assistência social) consideram-se igualmente educadores populares. Por educador popular, entendemos uma opção política e pedagógica de militância na e pela Educação Popular. Não existe a profissão de educador popular. Temos professores, educadores sociais, pesquisadores, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais e lideranças comunitárias que se identificam como educadores populares. Um educador social (profissão) pode se considerar um educador popular pela militância na Educação Popular, o que não significa ser voluntário ou fazer ação de caridade; significa ter um engajamento político e pedagógico na e através da concepção de Educação Popular. Por **Educação Popular freiriana** compreendemos que ela é um movimento pedagógico e político contra-hegemônico, nascido da pedagogia libertadora de Paulo Freire.

O educador popular é militante da **Educação Popular**, que desde os anos de 1960, além de lutar por um mundo justo para todas as pessoas, é defensor da política pública social, da justiça social, da democracia e da participação. A militância na Educação Popular requer engajamento político e consciência sobre qual projeto de sociedade defendemos. Este é o grupo que constitui a AEPPA, que existe há mais de 30 anos. São educadores populares com diversas ocupações profissionais, atuando tanto em contextos da educação escolar quanto de Educação Não Escolar.

## Quadro de Recuperação de Experiências da AEPPA

A trajetória da AEPPA é marcada por um notável percurso de luta e conquistas ao longo dos anos, representando um movimento importante na formação, valorização e reconhecimento dos educadores sociais. Inicialmente concebida como uma comissão de Educação Popular na microrregião 5 em 1991, a AEPPA ganhou força com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a necessidade de formação para educadoras de creches comunitárias e educadores do extraclasse. Desde então, a associação cresceu e se transformou em um movimento de Educação Popular, contribuindo para a formação de profissionais de diversas áreas sociais.

Ao longo dos anos, a AEPPA estabeleceu parcerias e convênios com instituições de ensino superior (Figura I), como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), entre outras, buscando oferecer cursos e formações, na perspectiva da Educação Popular, que atendessem às demandas de educadores populares de diferentes contextos educativos, incluindo os educadores sociais.

O Movimento de Educação Popular AEPPA, também se destaca na luta coletiva pela regulamentação da profissão de educador social e na busca por cursos de graduação e especialização que contemplem essa área. O ano de 2023 se destaca como um marco significativo na trajetória da AEPPA, com a inclusão do curso de graduação em Educação Social na perspectiva da Educação Popular no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS Campus Alvorada. A AEPPA demandou o Seminário “Educação Popular: Saberes Necessários à Prática Educativa dos Educadores Sociais”, realizado em 2023 em conjunto com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada (SIMA) e promovido pelo Campus Alvorada do IFRS. Segundo Illa (2023), o objetivo foi mapear e reconhecer os saberes essenciais à prática dos educadores sociais, visando a construção colaborativa da matriz curricular do primeiro curso de graduação gratuito para educadores sociais. Foi apresentado os objetivos e resultados esperados, seguida por uma Roda Dialógica com a participação de representantes de diversas instituições. Os participantes, divididos em grupos, discutiram e sugeriram alterações na matriz curricular, considerando as dimensões teórica, prática e ética. Eles apresentaram suas conclusões e propostas de componentes curriculares. Ao final, as sugestões foram sistematizadas para subsidiar a elaboração do projeto pedagógico do curso, encerrando o evento com uma Roda de Ciranda e a leitura e aprovação da ata pelos participantes. Esse sucesso é resultado de uma luta persistente em prol da valorização e reconhecimento dos educadores sociais, fruto da mobilização da AEPPA e do SIMA, que buscaram apoio em diferentes esferas políticas e institucionais, incluindo audiências públicas, agendas com parlamentares e a apresentação de demandas ao Ministério da Educação (MEC). Para registro destas lutas em prol da formação de Educadores Sociais via AEPPA, segue um quadro de recuperação da memória. Este processo pode ser compreendido através de marcos importantes e conquistas significativas ao longo das décadas.



Quadro 3- BREVE RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO – AEPPA

Período e demandas	Formação, valorização e reconhecimento dos educadores sociais
Formação Inicial e expansão (1991-1995)	A AEPPA começou informalmente como uma comissão de educação popular na microrregião 5, incentivada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
1996 a 1998 – ano da AEPPA como um movimento de educação popular	1996: A AEPPA se reconhece como um movimento de educação popular da capital gaúcha. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), reúne educadoras para reivindicar formação docente em especial, para trabalhadoras das creches comunitárias. Após, a luta formação não focava apenas nas educadoras das creches comunitárias. Incluiu-se educadores do extra classe, da alfabetização de jovens e adultos e oficineiros. Primeiros contatos sobre Educação Popular.
1998-2000: Educação Popular é base da formação	Organização e implementação do Curso Normal/Magistério baseado na educação popular, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). Este curso destinou-se a educadores em programas sociais, creches e serviços socioeducativos. O Movimento de Educação Popular cria a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).
2002: educadores populares chegam na universidade.	Lançamento do curso de Pedagogia em Educação Popular na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com 150 educadores inscritos.
2005-2006: diálogo e parcerias entre Movimento de Educação Popular e Universidade.	Parcerias com o Centro Universitário Metodista (IPA) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para bolsas de graduação e componentes curriculares em Educação Popular.
2007-2008: da graduação à especialização em Educação Popular	Diálogos com várias instituições para fortalecer a formação e reconhecimento dos educadores sociais, resultando em convênios e cursos de especialização. Construção coletiva do curso de Pós-graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais. Assinado o convênio entre AEPPA, Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente e ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre), 40 educadores iniciam suas formações.
2011-2023: Avanços recentes e parcerias estratégicas	Integração em grupos de trabalho e GTs na UERGS e outros fóruns municipais, estaduais e nacional, promovendo a necessidade de cursos voltados para a Educação Popular. Cursos de extensão em parceria com instituições como CEPOPES, IFRS Alvorada, CEAAL e Brava Gente, ampliando a oferta de formação para educadores sociais. Submissão de propostas de graduação e especialização no IFRS Alvorada, consolidação de parcerias e realização de seminários para construção coletiva do currículo de cursos de graduação. A AEPPA também apresentou demandas nacionais ao MEC e participou de audiências públicas para expandir a formação de educadores sociais. A AEPPA tem colaborado com o IFRS Alvorada para a construção cursos de especialização e graduação na perspectiva da Educação Popular.
2010-2023: Trabalhos Acadêmicos sobre a AEPPA	A AEPPA tem sido objeto de diversos trabalhos acadêmicos ao longo dos anos, refletindo sua importância no campo da educação popular. Em 2011, Lucio Jose Dutra Lord defendeu sua tese na USP intitulada “Educação política e periferia: estudo sobre o movimento de educadores populares em Porto Alegre”, fortalecendo a posição da AEPPA. Tamar Ferreira, Fernanda Paulo e Maria Elisabete Machado, ambas bolsistas do curso de graduação pelo Movimento de Educação Popular, apresentaram seus trabalhos de conclusão em 2010, abordando o contexto dos educadores sociais. Em 2013, Fernanda dos Santos Paulo apresentou uma dissertação via pesquisa participativa com o título: “A formação dos (as) educadores (as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA”, trazendo uma análise aprofundada das práticas educativas da associação. Há dezenas de artigos produzidos sobre a AEPPA.
2019.2023- AEPPA abrange o contexto nacional e internacional.	Em 2019, a AEPPA ofereceu um curso remoto de extensão intitulado "Educadores/as Sociais na Perspectiva da Educação Popular", atendendo a uma demanda nacional, com inscrições solicitadas por prefeituras e resultando em 1000 inscritos e 600 concluintes. Em 2020, em parceria com o IFRS Canoas, foram oferecidos dois cursos remotos de extensão com a mesma temática, atendendo a demanda da prefeitura de São Miguel do Tapuio-PI. Anualmente realiza vários cursos remotos atendendo a todos os estados do Brasil e alguns países da América Latina: Colômbia, Chile, Argentina, Uruguai e Equador,

Fonte: Paulo (2010, 2013), Ferreira (2010) e Paulo; Trevisan (2022).

Como podemos observar no quadro acima, a trajetória da AEPPA é uma narrativa de lutas, conquistas e desafios contínuos, destacando a importância da educação social enquanto campo de atuação educadores sociais, enquanto tipologia da Educação Não Escolar Institucionalizada e a Educação Popular como base teórico-prática de cursos de formação acadêmico-profissional. Desde seu início em 1991, o movimento AEPPA evoluiu de uma comissão de educação popular em uma microrregião para um movimento de Educação Popular. Essa evolução é marcada por um forte compromisso com a formação e valorização dos educadores de periferias, entre eles os educadores sociais. A AEPPA desempenhou um papel decisivo na luta por formação específica do educador social, e o ano de 2023 representa um marco significativo nessa história, pois conquistou a inclusão do curso de graduação em Educação Social na perspectiva da Educação Popular no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS Campus Alvorada. Esse avanço é o resultado de esforços incansáveis e mobilização da associação, incluindo audiências públicas, diálogos com políticos e apresentações de demandas ao Ministério da Educação (MEC). Este sucesso não apenas destaca a resiliência e a dedicação da AEPPA na busca de instituições parceiras como o SIMA, mas também sublinha a demanda nacional pelo reconhecimento dos educadores sociais como profissionais das políticas sociais.

A trajetória do Movimento de Educação Popular AEPPA revela um processo robusto e contínuo de formação, valorização e reconhecimento dos educadores das periferias, marcado por uma série de iniciativas e parcerias estratégicas. Este movimento é impulsionado por um trabalho coletivo e em rede. Todas as conquistas da AEPPA resultam de um trabalho de mobilização que contou com diversos sujeitos e instituições parceiras, sustentando uma Pedagogia da Luta ao lado de uma pedagogia da coletividade e solidariedade.

## **Considerações finais**

É interessante destacar o que Souza, Paiva Natali, Müller e Bauli (2014) assinalam quanto o referencial teórico do trabalho do educador social no Brasil, afirmando que as bases da Educação Popular constituem seu principal referencial. Concordamos e defendemos a importância do legado da Educação Popular na construção dos cursos de formação profissional, em nível superior, para educadores sociais.

A metodologia adotada, de natureza bibliográfica documental e complementada pela experiência da autora, revelou-se eficaz para a sistematização das experiências da e na AEPPA.

Utilizando como base os trabalhos de Jara (2006) e Cendales e Torres (2006), foi possível construir um novo conhecimento a partir da reconstrução das vivências. A análise de documentos e literatura relevantes, aliada aos registros pessoais e observações da autora, proporcionou uma reflexão aprofundada sobre a trajetória da AEPPA e as lutas pela regulamentação e formação específica dos educadores sociais na perspectiva da Educação Popular. Este processo metodológico não apenas reforçou a importância da Educação Popular freiriana, mas também destacou a contínua necessidade de formação e valorização dos educadores sociais.

A recuperação de documentos, a revisão de literatura e recuperação coletiva de memórias contribuiu para que possamos afirmar **que o primeiro curso superior que atendeu à demanda do educador social**, foi na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (**UERGS**) e depois na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (**PUC/RS**). Em ambos a demanda era para formação de educadores de creches, dos educadores da Educação de Jovens e Adultos (MOVA e SEJA), educadores do extra classe, educadores de rua, educadores de atendimento socioeducativo,icineiros ligados à rede da assistência social e à educação comunitária.

Em 2017, um grupo de educadores sociais, vinculado ao **Fórum de Educadores Sociais do Paraná (FESP-PR)**, conquistou o primeiro curso superior específico para educador social no Brasil: **o curso tecnólogo de Educador Social da Uninter**<sup>4</sup>. Ainda não temos, em execução, nenhum **curso superior específico ofertado em instituições públicas**, mas a AEPPA tem, permanentemente, reivindicado em **universidades** (FERREIRA, 2010, PAULO, 2013) e **Institutos Federais** (PAULO; TREVISAN, 2022).

Desde o início de 2022, a AEPPA tem mantido um diálogo contínuo com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Canoas, sobre a graduação em “Educação Social”, conforme listado no catálogo de cursos tecnólogos. Diversas reuniões foram realizadas, resultando na elaboração de um projeto de curso desenvolvido por um Grupo de Trabalho composto por educadoras experientes em Educação Não Escolar, Educação Popular e políticas sociais, todos com vivência prática como educadores sociais ou na formação desses profissionais. Além disso, a AEPPA possui um Grupo de Estudos e Pesquisa denominado “Paulo Freire e Educação Popular”, que integra o núcleo de formação política e tem se empenhado na construção de cursos.

Reafirma-se a necessidade da oferta gratuita de cursos específicos para assegurar a exigência de formação superior na profissão de educador social, consolidando assim a educação como um direito acessível a todos. Em 2023, foi conquistado o primeiro curso público e gratuito para

---

<sup>4</sup> Saber mais ver matéria no site da Uninter: <https://www.uninter.com/noticias/brasil-agora-tem-curso-superior-de-educador-social>

Experiências da AEPPA na formação do educador social:  
o lugar da Educação Popular Freiriana

educadores sociais no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Alvorada. A proposta é construir um currículo baseado na Educação Popular intersetorial e inspirado na pedagogia da alternância, estruturado em três tempos: tempo na instituição de educação superior, tempo na comunidade e tempo no trabalho.

O contexto histórico da AEPPA, combinado com os avanços das legislações sociais e a implementação de cursos específicos, revela a importância da **Educação Popular intersetorial** na formação de educadores sociais. Também demonstra a urgência de um trabalho coletivo e contínuo, mediado pelas pedagogias da luta, da coletividade, da solidariedade e da reinvenção. O Movimento de Educação Popular da AEPPA tem conseguido influenciar currículos acadêmicos de formação de educadores a partir da Educação Popular. Este processo promove a valorização e o reconhecimento de diferentes e plurais saberes, além de destacar a importância da formação profissional dos educadores sociais. Essa abordagem fortalece a prática da Educação Popular freiriana como uma base teórica e metodológica essencial para a formação de profissionais que atuam em contextos sociais periféricos.

Por fim, a AEPPA aposta que a construção coletiva (MEJIA, 2013) de cursos para formação de educadores é uma forma de diálogo fecundo entre universidade e movimento popular. Na visão da pedagogia de Paulo Freire, isso representa uma ruptura com as formas tradicionais de construção de conhecimento. Certamente, os educadores sociais que participam das atividades da AEPPA, já compreendem que a perspectiva da Educação Popular freiriana exige participação, apostas, escolhas, compromissos e ousadia. Escrever este artigo demandou assumir a sistematização de experiências como parte do registro da trajetória de um coletivo que ainda é invisibilizado na história da educação. A partilha de experiências coletivas contribui para dar visibilidade a movimentos como a AEPPA. Uma boa formação é aquela construída coletivamente, baseada na realidade concreta do trabalho dos educadores sociais. É realizada por meio de um diálogo comprometido e ético, mediado pela práxis pedagógica da Educação Popular freiriana.

## Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é a educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: articulação necessária na proteção social básica. Brasília, 2016.

FERREIRA, T. G. de O. **A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a formação para e na cidadania: O Educador Popular em discussão.** Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Porto Alegre: FAE/SÉVIGNÉ, 2010.

FUHRMANN, N.; PAULO, F. dos S. A formação de educadores na educação não formal pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr.-jun. 2014.

FREIRE, P. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica.** Projeto Alternativas de atendimento aos meninos de rua, N.º 1. Bogotá: UNICEF/SAS/FUNABEM, 1989.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

ILHA, R. **Seminário de Educação Popular aborda a Prática Educativa dos Educadores Sociais.** SIMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada, 23 out. 2023. Disponível em: <https://sima-alvorada.com.br/5314-2/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

JARA, O. **Para sistematizar experiências.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 2006.

MEJIA, M. R. Posfácio. **La educacion popular: Una construccion colectiva desde el sur y desde abajo.** In: STRECK, Danilo.; ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 369-398.

SOUZA, C. R. T. de; PAIVA, J.; NATALI, P. M.; BAULI, R. A.; MÜLLER V. R.. A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 3, n. 1, p. 77-88, 2014.

PAULO, F. dos S. **Formação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre formados/as em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios.** 2010. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Popular) – Instituto Superior de Educação Ivoiti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre.

Experiências da AEPPA na formação do educador social:  
o lugar da Educação Popular Freiriana

PAULO, F. dos S. **A Formação do (as) educadores (as) populares a partir da Práxis**: Um estudo de caso da AEPPA. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PAULO, F. dos S.; SPEROTTO, N. Trajetória do curso de formação de educadores sociais em Porto Alegre: Educação Popular e Pedagogia Freiriana. **GESTÃO UNIVERSITÁRIA**, v. 10, p. 1-14, 2018.

PAULO, F. dos S. Educação Popular no cenário gaúcho: contribuições para a formação de educadores sociais. Revista **COCAR**, Belém, V.13. N.25, p. 307 a 324 – Jan./Abr. 2019.

PAULO, F. dos S. Educação Popular e Educadores Sociais: fazendo aulas com Cartas Pedagógicas. **Relem**, Manaus (AM), v. 14, n. 23, jul./dez. 2021.

PAULO, F. dos S. Trevisan, E. Educador Social E Educador Popular: Pautas Da Formação Acadêmica-Profissional. **Revista Panorâmica**, online, [S. l.], v. 35, 2022.

PAULO, F. dos S.; SILVA, E. L. da. Educação Popular e educadores sociais nas universidades: a luta dos Movimentos Sociais. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí • ISSN 2179-1309. Ano 36. nº 115 Set./dez. 2021.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 15, n. 44, maio/ago., 2010.

STRECK, D. R. et al. **Educação popular e docência**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES, A. C.; CENDALES, L. La sistematización como experiencia investigativa y formativa. **La Piragua**: Revista latinoamericana de educación política. No.23, 2006. p. 29-38.

TORRES, A. C. **La educación popular**: trayectoria y actualidad. Bogotá: El Buho, 2008.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 20/12/2023  
Aprovado em: 28/08/2024